
TURISMO X DESIGUALDADES SOCIAIS: UMA ABORDAGEM DE INHAMBANE (MOÇAMBIQUE)

TOURISM X SOCIAL INEQUALITIES: A APPROACH OF INHAMBANE (MOZAMBIQUE)

João Henrique Santana Stacciarini¹

<https://orcid.org/0000-0003-3517-9410>

<http://lattes.cnpq.br/2344701779114053>

José Henrique Rodrigues Stacciarini²

<https://orcid.org/0000-0003-4733-0309>

<http://lattes.cnpq.br/5680478193722989>

Recebido em: 18 de dezembro de 2019

Aprovado em: 8 de junho de 2020

RESUMO: O trabalho em questão visa estabelecer uma contribuição com interpretações, dados e fatos históricos sobre Moçambique e, mais precisamente, sobre Inhambane, intitulado, ainda no século XVIII, como 'terra de boa gente' – nome atribuído pelos portugueses que ali desembarcaram – e que hoje é internacionalmente reconhecido pelas praias de areia fina, lagoas e mares de azul inigualável, extensos palmares e dunas, hotéis de luxo, além da receptividade impecável. Entretanto, assim como as significativas atribuições, acredita-se necessário evidenciar as problemáticas enfrentadas pela região e por todo o país, como a fome, miséria, desigualdades sociais, dentre outras. Conjunto de variáveis que fazem deste, um lugar belo e com grande potencial turístico, mas também repleto de complexidades e contradições, as quais necessitam melhor entendimento/reflexão.

Palavras Chave: Inhambane (Moçambique); Turismo; Contradições; Problemas Sociais.

ABSTRACT: The work in question aims to establish a contribution with interpretations, data and historical facts from Mozambique and, more precisely, from Inhambane, named, still in the XVIII century, as "land of good people" - a name attributed by the Portuguese who landed there - and which today is internationally recognized for fine sand beaches, lagoons and seas of unrivaled blue, extensive palm groves and dunes, luxury hotels, as well as impeccable receptivity. However, as well as significant attributions, it is believed that it's necessary to highlight the problems faced by the region and throughout the country, such as hunger, poverty, social inequalities, among others. Set of variables that make this a beautiful place and with great tourist potential, but also with several complexities and contradictions, which need better understanding/reflection.

Keywords: Inhambane (Mozambique); Tourism; Contraditions; Social Problems.

INTRODUÇÃO

Assim como o Brasil, Moçambique também foi colonizado pela coroa portuguesa. A região

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Integrante do Grupo de Pesquisa Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira/UFG). E-mail: joaostacciarini@hotmail.com.

² Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: jhrstacciarini@hotmail.com.

onde atualmente encontra-se o país africano era área de captura e transporte de escravos, fator que colaborou para que muitos de seus “filhos” fossem enviados forçadamente ao Brasil. Ambas as questões contribuem para o estabelecimento de semelhanças entre nossos cotidianos e modo de ser.

Todavia, as similaridades não são excludentes das diferenças. Os trilhos do desenvolvimento econômico, as relações de poder, os destinos separados por cerca de 10 mil quilômetros e mais de 150 anos de emancipação colonial brasileira frente a Moçambique, bem como inúmeras outras diferenças, frutos de construções históricas “independentes”, corroboram para o aparecimento do “novo” aos olhos de quem vem de fora.

Figura 1 – Mapa ilustrativo dos países falantes da língua portuguesa: em destaque, Brasil e Moçambique



Fonte: Museu da Língua Portuguesa (MLP, 2020).

Moçambique possui aproximadamente 26 (vinte e seis) milhões de habitantes, dos quais cerca de 70% ainda vivem em áreas rurais e estão fortemente vinculados à agricultura de subsistência (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2019). Vale destacar que o número de pessoas vivendo na pobreza extrema (menos de 1,9 dólar por pessoa/dia) no país é muito alto. No ano de 2016, estes somavam aproximadamente 15 milhões de indivíduos (WORLDBANK, 2016) ou cerca de 60% de toda a população nacional de então, sendo este o maior desafio para os governantes moçambicanos em todas as escalas administrativas. Tais questões refletem diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), representando pelo valor 0.284, taxa que coloca Moçambique na posição 165 entre 169 países avaliados em todo o mundo (PNUD, 2016).

Embora a economia moçambicana (Produto Interno Bruto) venha crescendo nas últimas décadas, passando de aproximadamente 5 bilhões de dólares no ano 2000, para atingir 12,3 bilhões de dólares em 2017 (TRADINGECONOMICS, 2019), o país ainda possui grandes dificuldades organizacionais, burocráticas e produtivas. A recente emancipação da colonização portuguesa (apenas no ano de 1975), a fragilidade de cumprimento de leis, os altos níveis de corrupção, além de um setor industrial e agrícola frágil acarretam inúmeros transtornos no dia-

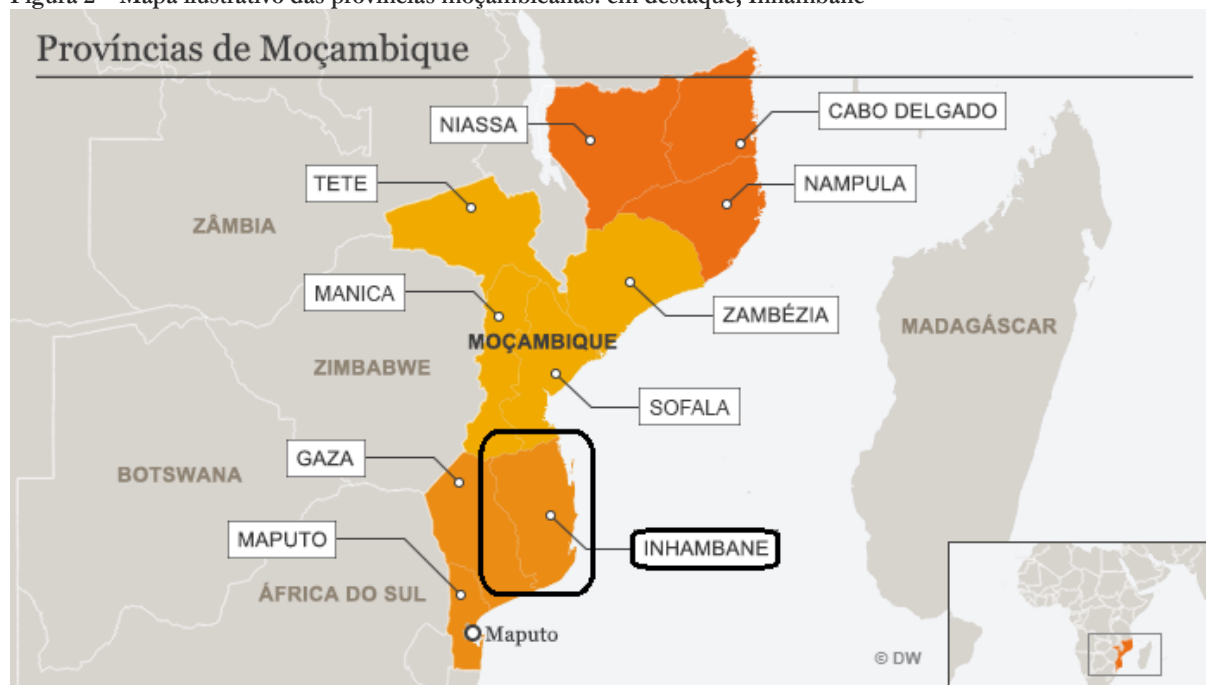
a-dia de grande parte da população (STACCIARINI e SILVA, 2018a). Como resultado, a maioria dos produtos consumidos no país, inclusive bens primários, são importados. Todavia, com o crescimento da inflação, nota-se uma redução do (já precarizado) acesso a produtos e bens de toda espécie (alimentos, manufaturas, combustíveis, serviços etc).

INHAMBANE: TRAJETÓRIA E REFLEXOS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Nos primeiros dias do ano de 1498 da era cristã, os habitantes da costa sul de Moçambique, em algum lugar situado entre as atuais cidades de Inharrime e Inhambane, viram chegar estranhas embarcações, enormes em relação às que até então já tinham visto. Delas desceram outros barcos menores transportando gente de pele pálida e vestida de modo insólito. Não se compreendeu o que eles diziam, mas não pareceram agressivos pelo que as gentes locais os acolheram sem animosidade. Os forasteiros recolheram água fresca, trocaram alguns objetos e regressaram às grandes embarcações que voltariam a desaparecer no mar profundo. Ninguém sabia quem eram os visitantes, muito menos podia imaginar que testemunhava um momento histórico: os primeiros contatos da África oriental com a Europa na viagem de Vasco da Gama em demanda da rota do Oriente (CABAÇO, 2007, p. 27).

A região onde atualmente encontra-se a Província de Inhambane começa a ser visitada por colonizadores portugueses por volta do início do século XVI, embora existam relatos da circulação de comerciantes árabes por esta área antes deste período. Conhecida como “Terra da Boa Gente”, em virtude do acolhimento “fraterno” dado aos portugueses em sua chegada, Inhambane despertará atenção destes apenas duzentos anos mais tarde, quando enviados do “antigo continente” começam, efetivamente, o “povoamento” e a dominação da região e da população local (GOVERNO DE INHAMBANE, 2019).

Figura 2 – Mapa ilustrativo das províncias moçambicanas: em destaque, Inhambane



Fonte: DW, 2016. Edição: Dos autores.

A história de Inhambane, bem como de outras regiões portuárias de Moçambique, teve íntima ligação com o processo de escravidão e de expropriação de riquezas. Alexandre Baia (2009) destaca o surgimento de cidades nitidamente marcadas pela presença colonial portuguesa, sendo estas construídas para atender os anseios europeus e visando o escoamento – via portos – de diversos produtos, sobretudo, escravos e matérias-primas. Observa-se que estes interpostos funcionavam como centros de negócios diretamente ligados às metrópoles coloniais – daí a inexistência de uma rede urbana moderna e centros comerciais para o consumo interior (CASTELLS, 1983).

Todavia, décadas (séculos) mais tarde, estes se afirmariam como lugares de estabelecimento da administração colonial. Carlos Serra (2000) aponta que a maioria da população destas cidades era africana. Todavia, o processo de dominação deu origem a uma elite constituída por imigrantes da Europa, sobretudo da Capital Portuguesa, e também árabes de regiões asiáticas (também influentes no comércio), incluindo ainda alguns dos seus descendentes locais.

Por isto, o município de Inhambane (capital designada com o mesmo nome de sua província) passa a caracterizar-se pela coexistência de duas regiões bem distintas, uma que abrigava a população de origem europeia (e asiática), planejada, e com fortes traços da “arquitetura moderna” e outra, não planejada e com infraestruturas precárias (ou a ausência destas), onde habitavam os africanos, em geral, trabalhadores da construção civil, do porto e das atividades domésticas.

Figura 3: Os dois lados da “herança colonial” ainda estão presentes e revelam as discrepâncias na infraestrutura de Inhambane



Fonte: Trabalho de Campo dos autores, 2018.

Os reflexos da segregação entre colonizadores e colonizados ainda são bastante evidentes nos dias de hoje (STACCIARINI e SILVA, 2018a), contribuindo para que a infraestrutura urbana tenha grandes discrepâncias (figura 3), que vão desde a oferta (ou ausência) de luz elétrica, iluminação pública, água encanada, pavimentação e calçamento, além

da proximidade a vários centros de serviços (postos de saúde, escolas, transporte, órgãos públicos, centros comerciais etc).

Vale destacar que Inhambane é elevado à categoria de município apenas no ano de 1998, tornando-se, a partir de então, cada vez mais, um importante “polo econômico” dentro do país, principalmente pela sua ascensão como balneário turístico, fatores que a permitem experimentar amplo crescimento – questões a serem melhores apresentadas nos próximos tópicos.

A INFLUÊNCIA DO SETOR TURÍSTICO EM INHAMBANE

Moesch (2000) destaca que as atividades turísticas estão intimamente vinculadas a expansão do sistema capitalista, uma vez que a ampliação e remuneração do primeiro se alimentam das evoluções técnicas e projetos culturais de massa do segundo. Neste contexto, em uma proposta de mundo pós-moderno, redefinido por todas as transformações socioespaciais das últimas décadas, o espaço turístico tende a se confundir com toda a superfície terrestre, por vezes, incluindo regiões até então sem valor aparente para esta atividade comercial, como florestas, domínios polares, montanhas, mares, dentre outros (MAXLHAIEIE E CASTROGI-OVANNI, 2014).

Prats (1998) destaca o Turismo como prática socioespacial crescente ao longo do século XX. As constantes transformações das atividades econômicas associadas a esses cenários passam por um processo de mercantilização, permitindo ainda diferenciadas esferas de rentabilidade. Há então a materialização de complexas inter-relações entre produção e oferta de múltiplos serviços em busca da atração da prática socioespacial turística (STACCIARINI e SILVA, 2019). Ressalta-se que os benefícios finais desta oferta são complexos e diferentemente avaliados por distintas parcelas sociais e indivíduos, podendo permear desde a ampliação de bagagens ambientais, culturais, políticas e intelectuais, até atividades de cunho social, físico ou mental (PIRES, 2002).

Frente a este complexo contexto do turismo contemporâneo, entende-se que, com o fim período colonial moçambicano (1975), juntamente com os avanços da Revolução Técnico-Científica – que interferiu de maneira significativa no sistema de transportes, traçando rotas aéreas mais rápidas com destino ao Continente Africano, além ainda das transformações sociológicas do turismo supracitadas – Inhambane passa a ser um destino procurado por muitos visitantes internacionais, grande parte vindos da África do Sul ou do Continente Europeu.

Vale ressaltar que Moçambique recebe voos diários de diversos lugares do mundo através da capital Maputo, sendo possíveis conexões para Inhambane através das companhias aéreas LAM (Linhas Aéreas de Moçambique) e Kaya Airlines, as quais possuem itinerário durante vários dias da semana, sobretudo nos períodos de alta temporada. Outra opção é a tradicional rodovia que corta a parte sul do país, unindo os cerca de 500 km distantes entre a região e Maputo, a qual oferece paisagens de diversas comunidades e realidades vinculadas às ruralidades moçambicanas.

Desta forma, embalada pelo Oceano Índico, que proporciona longa sequência de praias de areia fina, lagoas e um mar de azul inigualável, além de extensos palmares e dunas, Inhambane se mostra como área de maior potencial turístico do país (GOVERNO DE INHAMBANE, 2019), apontamento que se materializa nas apostas, projetos e incentivos dos Governos Nacional, Provincial e Municipal que buscam tornar a região mundialmente conhecida. Não por

acaso, a Universidade Pública Moçambicana (Universidade Eduardo Mondlane) decide abrir, ainda no início dos anos 2000, um campus com cursos voltados para a atividade na capital da província, de igual nomenclatura, Inhambane.

A Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI) inicia seus trabalhos no ano de 2003, ofertando cursos de graduação nos ramos de Planejamento e Animação Turística e, alguns anos depois, expandindo suas atividades para as áreas de Gestão Hoteleira, Informação e Mercados Turísticos (ESHT, 2017).

É em meio a este cenário que o município e a província de Inhambane vêm investindo na “experiência turística”, sendo esta a porção do território moçambicano que registrou maiores capitalizações no setor (MAXLHAIEIE E CASTROGIOVANNI, 2014), ainda que muitas vezes, vale ressaltar, a mercê do capital internacional e da exploração da mão de obra barata dos habitantes locais, temáticas a serem mais detalhadas no próximo tópico.

Destaca-se, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), que Inhambane (província) contava com aproximadamente 4,6 mil leitos no ano de 2007, os quais eram responsáveis pelo acolhimento de 20.280 estrangeiros e 11.400 moçambicanos (INE, 2011). Embora haja certa dificuldade governamental no mapeamento e disponibilização destas informações, nota-se que o número de leitos aumenta substancialmente no período que se segue, fator que permitiu com que a província em análise recebesse, durante o ano de 2018, 122 mil turistas internacionais (CONCEIÇÃO, 2018), indicadores que apontam para um crescimento de aproximadamente 500% em pouco mais de uma década.

Sobre este movimento, José Gambe (2019) chama atenção para a

"invasão" massiva do capital privado estrangeiro, principalmente no investimento e revitalização da economia moçambicana, em particular do turismo, sendo Inhambane um dos principais destinos destes investimentos na área do turismo, sobretudo para o turismo de sol e praia (GUGAMBE, 2019. p. 229).

Informações do relatório "Estatísticas do Turismo" (2018), organizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e disponibilizado pelo governo moçambicano indicam que, durante o ano de 2018, a província de Inhambane detinha 11% dos quartos destinados ao turismo em Moçambique, perdendo apenas para Maputo (cidade). Ainda segundo o relatório, Inhambane destaca-se com o maior número médio de "dormidas" pelos turistas (8,1 dias de estadia). A combinação destes indicadores (disponibilidade e frequência) coloca a província em análise como responsável por 25,9% do total de “dormidas” de turistas no país durante o ano de 2018 (ESTATISTICASDOTURISMO, 2018), elementos que reforçam a importância e “consolidação” de Inhambane (cidade e província) no cenário turístico moçambicano.

Figura 4: Infraestrutura e paisagens turísticas no litoral do município de Inhambane, capital da província de mesmo nome



Fonte: Trabalho de Campo dos autores, 2018.

O grande fluxo turístico, aposta da administração local expressa no Plano Estratégico do Município de Inhambane (2009 - 2019) (PEMI, 2009) é a principal fonte de fundos municipais, além de ser responsável pela geração de inúmeros empregos, contribuindo para o “equilíbrio” e funcionamento de muitos restaurantes e bares da cidade. Entre os destinos de maior fama, destaca-se a emblemática Praia do Tofo, a qual já era frequentada por portugueses, ainda no período colonial. Tofo é a praia mais visitada da região, e tem como principais atrativos sua beleza, o fácil acesso – localiza-se a cerca de quinze minutos de Inhambane –, além de significativa oferta de hospedagem, restaurantes e animações (GOVERNO DE INHAMBANE, 2019).

Desta forma a produção do espaço em Inhambane passa “a ser dominada pela prática social do turismo, caracterizado pela corrida à apropriação das terras costeiras pertencentes à comunidade, principalmente a primeira faixa dunar, para a construção de infraestruturas e prestação de serviços turísticos” (GUAMBE, 2019. p. 236), temática a ser melhor abordada no próximo tópico.

Para além das tradicionais atrações vinculadas às praias e demais belezas naturais, destacam-se também, como elementos cotidianamente acionados pelo setor turístico, a Catedral da Nossa Senhora da Conceição (e seus quase 200 anos de história), a Mesquita de Inhambane (fundada em 1840, demonstrando o poder e influência árabe na região) e o Museu Regional de Inhambane (MUREI) – que possui diversas atividades voltadas ao estudo, educação e entretenimento, sendo este último, um importante fomentador da preservação da história de toda região, uma vez que, recorrentemente, se ocupa com a conservação, exposição, e divulgação de coleções representativas de influências de várias culturas e manifestações sociais das comunidades circunvizinhas (MAXLHAIEIE E CASTROGIOVANNI, 2014).

Figura 5: Restauradas, a “Catedral da Nossa Senhora da Conceição” e a “Mesquita de Inhambane” também fazem parte do “círculo” turístico municipal



Fonte: Da Ponta do Ouro ao Rovuma (ADROBAT, 2011).

PAISAGENS DICOTÔMICAS: TURISMO X DESIGUALDADES SOCIAIS E DEGRADAÇÕES AMBIENTAIS

O setor turístico de Inhambane, comandado, em grande parte, por empresas de capital multinacional, tem acarretado grandes pressões sobre diversas paisagens ambientais e sobre o cotidiano dos moradores locais, em especial nas regiões de palmares e dunas costeiras que cercam as belas praias (LOPES, 2017). Embora o governo local tenha instrumentos jurídicos que gozem pelas orientações ambientais e geográficas, Chaúque (2013) aponta para ocorrência de “privatizações” de diversas áreas e subordinação de territórios locais a grupos estrangeiros.

[...] Partindo do pressuposto de que a produção do espaço envolve o seu uso e apropriação e que o turismo desenvolvido na Zona Costeira de Inhambane não é uma exceção à regra, considera-se a hipótese de que o mesmo gera conflitos inter e intrassociais decorrentes da fraca ou falta de inserção da comunidade local ou anfitriã na actividade e à perda da posse da terra por parte desta, devido a sua ocupação, principalmente por agentes do turismo e consequentemente a sua privatização para uso exclusivo desta actividade (GUAMBE, 2019. p. 226).

Cercamentos, privatizações de áreas e a exclusividade do domínio das atividades turísticas nestes espaços são exemplos dos recorrentes golpes contra as belezas naturais e o desprezo pela população local (CHAÚQUE, 2013), ações que desencadeiam relações desarmônicas com parcela da sociedade, visto que a população local (ali preexistente), por vezes, não tem mais a possibilidade de contemplar as belezas antigas, agora substituídas pelos empreendimentos, nem ter acesso aos locais – seguramente privatizados a preços que fogem da realidade de grande maioria da população moçambicana.

José Guambe (2019, p. 241) aponta ainda que a apropriação dos terrenos e implantação das atividades turísticas em Inhambane tem sido feitas, em geral, por meio de compra ou aluguel sustentados por promessas de empregos para as comunidades. Estes empreendimentos são efetivados através de negociações diretas entre membros da comunidade, proprietários das terras, ou ainda, contanto com o auxílio das estruturas administrativas locais, como os secretários dos bairros, líderes comunitários, conselho municipal e administração do distrito. O Estado também atua como agente na produção espaço turístico (embora recorrentemente sujeitando-se aos interesses do capital financeiro), evidenciando assim, conflitos entre os interesses público e privado. Todavia é importante destacar que a promessa de obtenção de emprego, motivação precípua para doação/compra de terrenos e legitimação das atividades tu-

rísticas, nem sempre se efetivam (GUAMBE, 2019, p. 241-242).

Figura 6: Infraestrutura turística do resort de luxo “*Flamingo Bay Water*” em Inhambane



Fonte: Foto/comunicação turística do resort (FLAMINGO BAY, 2019).

Portanto, de maneira contraditória às arquiteturas de luxo e os serviços de extremo requinte oferecidos pelos empreendimentos turísticos voltados, sobretudo, ao público internacional, grande porcentagem da população moçambicana (no município de Inhambane não é diferente) vive em situação de intensa precariedade, distantes dos olhos do poder público e frequentemente alheio às condições mínimas de sobrevivência.

Desta forma, orbitando em total dissintonia, a poucos metros (quilômetros) destes empreendimentos, o que se observa é a ocorrência de certa anarquia na forma como diversos bairros e residências estão estabelecidos, sobretudo nas regiões periféricas, onde, por vezes, falta-se pavimentação, eletrificação, água encanada, dentre outros serviços básicos. Ao se descolar em trabalho de campo, nota-se que alguns bairros estão passando por experiências com a instalação de painéis solares/eletricidade e abastecimento de água. Entretanto, estes ainda estão frequentemente sujeitos a cortes e quedas de fornecimento. A captação de água, principalmente nas regiões mais afastadas, muitas vezes ainda é possibilitada apenas via sistema de calhas nos telhados das casas, sendo estas responsáveis por recolher e depositar o fluido em cisternas. Mais tarde, quando necessário, o líquido é retirado via galões, cordas e baldes.

Figura 7: Precariedade nas infraestruturas (habitação, pavimentação, água, energia, saneamento, dentre outros) nas regiões periféricas de Inhambane



Fonte: Trabalho de Campo dos Autores, 2018.

O registro do modelo de habitação apresentado na imagem acima (figura 7), fruto de observação direta em trabalho de campo, é muito comum no município de Inhambane e em toda a zona rural do país (onde residem mais de 70% da população). A exemplo desta, muitas moradias são executadas apenas com madeira e palha e possuem hum (ou dois) cômodos, onde se abriga toda a família. O sistema (ausência) de esgotamento sanitário também evidencia outro grande problema. Parcela significativa das residências não possuem “banheiros” em seu interior. As “fossas” (buracos escavados no chão nas regiões externas às habitações) ainda são muito comuns no cotidiano moçambicano, principalmente no interior e nas regiões periféricas. Como resultado, emerge-se grave problemática ambiental e de saúde pública, visto que as condições sanitárias não são adequadas e os índices de contaminação dos solos e das águas no entorno das residências, geralmente, tornam-se elevados.

Nota-se, portanto, uma coexistência entre duas formas de produção do espaço bastante distintas, sendo uma direcionada ao

consumo de bens e serviços ligados à atividade económica do turismo, isto é, à reprodução do capital, e a outra, de subsistência, historicamente estabelecida e vinculada à reprodução da vida, baseada, principalmente, na agricultura e na exploração de recursos costeiros localizados no mesmo espaço que está sendo progressivamente ocupado pelo turismo, como nova forma de produção de espaço, neste território (GUAMBE, 2019. p. 238).

Ao que parece, o turismo não tem sido capaz de corrigir as desigualdades e problemáticas historicamente estabelecidas em Inhambane (e Moçambique). Dentre as principais particularidades do atual modelo turístico praticado na área em análise por esta pesquisa, destaca-se a baixa inserção de trabalhadores locais na atividade devido a sua não preparação/qualificação, aos altos índices de analfabetismo, ou ainda, pela baixa geração de empregos que, quando existentes, acabam sendo disponibilizados em regimes sazonais e com baixíssima remuneração (GUAMBE, 2019).

Vale ressaltar que o salário mínimo estabelecido pelo Governo aos trabalhadores do setor de “indústria hoteleira” no ano de 2019 foi de 6.478 meticais, equivalente a 103 dólares ou 419 reais – na cotação de dezembro de 2019 (ABCC, 2019), ainda que alguns empregadores não

cumpram, sequer, com este montante. Soma-se a isto o fato da maioria dos empreendimentos pertencerem a pessoas ou grupos estrangeiros, estimulando com que grande parte do dinheiro arrecadado siga via remessas internacionais a seus países de origem.

Para exemplificar-se um pouco mais deste panorama conflituoso (“Turismo x Desigualdades Sociais”), destaca-se aqui um conjunto de situações e indicadores socioeconômicos que alertam para a incapacidade da promoção de desenvolvimento e distribuição de renda/ melhoria das condições de vida de parcela expressiva da população local.

Ao avaliar os níveis/sistema de educação, enfatiza-se que, apesar de algumas melhoras nos últimos anos, ainda há escolas construídas com material impróprio, além da ausência de carteiras, obrigando alunos a sentarem-se no chão ou em assentos improvisados (CHAÚQUE, 2013). Durante os trabalhos de campo, foi possível ver e conversar com crianças que fazem o deslocamento de suas casas para a escola caminhando – muitas vezes sozinhas ou acompanhadas por grupos de amigos – por distâncias que podem ultrapassar dez quilômetros e levar mais de seis horas (ida e volta), superando em muito o tempo de permanência em sala de aula.

O resultado desta ausência de infraestruturas e de um projeto formal de universalização da educação se materializa no fato de quase metade da população moçambicana ser analfabeta (segunda dados do último recenseamento, realizado em 2007). Em Inhambane (província) a taxa de analfabetismo neste período era de 41,3% (MINED, 2019). A inexistência de dados mais recentes dificulta uma análise mais atualizada, todavia é muito comum encontrar-se pessoas que sequer falam o idioma oficial (português) ou não dominam as operações matemáticas, questões que afastam uma parcela expressiva de moçambicanos das atividades formais e do contato com as instituições do Governo, sejam pela dificuldade de acesso a informações ou até pela incompreensão das propagandas, notícias e burocracias do país. Chama atenção ainda o fato de serem falados cerca de 40 línguas locais e dialetos em Moçambique e de aproximadamente 90% dos habitantes não terem o português como língua materna (BELÉM, 2016).

Outra questão que contribui para o abandono escolar, e se concretiza de maneira muito mais perversa e complexa é a prostituição infantil em Inhambane. Luciano Conceição (2019) chama atenção para o crescimento desta problemática que tem atingido centenas de menores (com idades entre os 12 a 16 anos), os quais veem na prática desta atividade, uma maneira de conseguir algum dinheiro, sobretudo, na luta pela sobrevivência e contra a situação de pobreza extrema. Muitas vezes, os próprios familiares são incentivadores da prostituição.

A Conceição algumas crianças contam que chegaram a fazer vários programas em um único dia ao preço médio de 200 meticais (cerca de 3 euros, na cotação da época) e que são constantes os pedidos por relações sexuais sem uso de preservativo (CONCEIÇÃO, 2019). Vale pontuar que em Moçambique cerca de 2,5 milhões de pessoas (aproximadamente 10% da população nacional) encontram-se infectados com a gravíssima Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) (CASIMIRO, 2012).

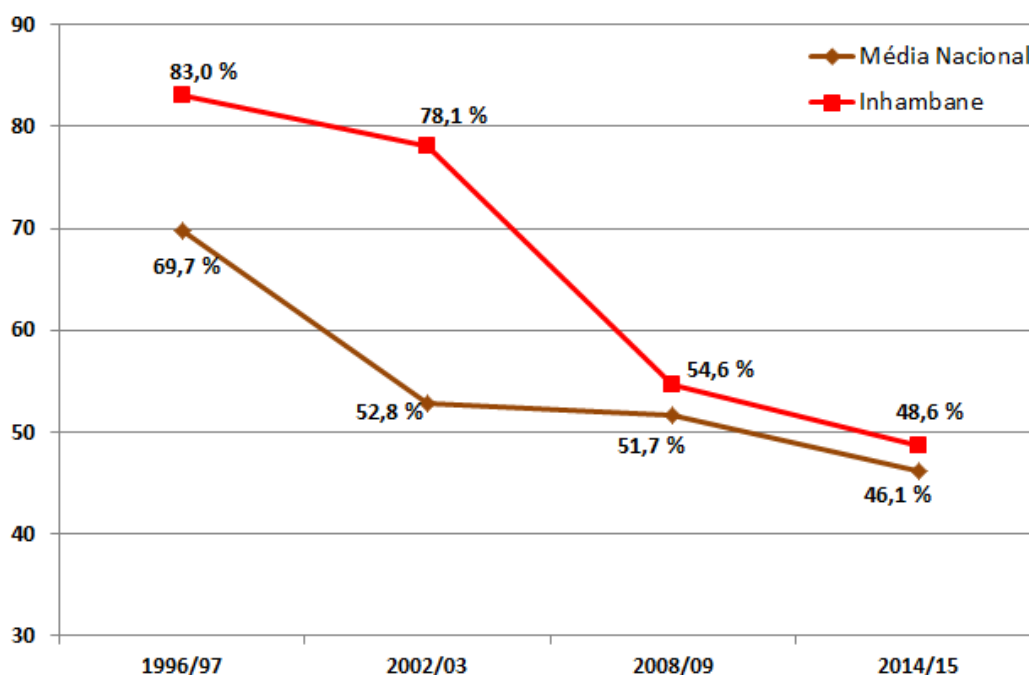
Para além das doenças infectocontagiosas, grande parte do sistema de saúde pública enfrenta graves problemas. Assim, apesar dos postos de atendimento disponíveis serem acessíveis e desburocratizados, permitindo a utilização de forma rápida – inclusive sem a necessidade de apresentação de documentação e protocolos – há grande carência na oferta de serviços, medicamentos e campanhas de prevenção. Prova maior desta precariedade, evidencia-se nos assustadores surtos de doenças tropicais como a malária, que atingem massas populacionais.

O Plano Estratégico da Província de Inhambane (2011 – 2020) (PEPI, 2011), “elaborado com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico e combater a pobreza

de seus habitantes”, também exibe dados importantes para o conhecimento das desigualdades na região. O documento expõe que o índice de pobreza extrema no ano de 2009 atingia 57,9% da população regional, dando um entendimento da complexidade e dificuldade em se estabelecer políticas públicas democráticas e eficientes. Outro indicador de Pobreza utilizado pelo Governo Moçambicano e que possui dados mais atualizados é a “Incidência da Pobreza de Consumo”, parâmetro que leva em conta a taxa de consumo das famílias moçambicanas, sendo este um importante indicador indireto para avaliação da condição de pobreza.

A interpretação dos dados do relatório sugerem que os “índices de pobreza de consumo”, embora ainda muito expressivos, seguem uma tendência de queda substancial ao longo do período em análise (1996 - 2015). Todavia, desperta atenção o fato da Província de Inhambane manter, durante todo o intervalo em diagnóstico, níveis de pobreza de consumo superiores à média nacional (gráfico 1). Vale pontuar que atualmente, das onze províncias moçambicanas, apenas quatro tem índices de pobreza de consumo maiores que Inhambane. Desta forma, ao que parece, mesmo sendo a segunda província com a maior capacidade de atração turística (perdendo apenas para a capital Maputo), Inhambane não tem conseguido promover desenvolvimento equilibrado e distribuição de renda aos seus habitantes.

Gráfico 1 - Incidência da “Pobreza de Consumo” em Moçambique e na Província de Inhambane



Fonte: DEEF (2016). Edição e Organização: Dos autores.

Chama atenção também o elevado índice de desemprego e de subutilização e/ou ocupação informal, sendo este o responsável pelo ofício da maioria dos trabalhadores de Inhambane (assim como ocorre em todo o país). Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011) apontam que apenas cerca de 10% da população total empregada em Moçambique encontra-se vinculada ao mercado formal, enquanto aproximadamente 90% estão atuando em atividades informais (STACCIARINI e SILVA, 2018b).

Desta maneira é comum encontrar-se massas de trabalhadores aglomerados nos mercados informais de compra e venda de artesanatos e produtos de consumo primário. Esse tipo de

ocupação está presente também no setor de transportes (STACCIARINI e SILVA, 2018c), na produção de alimentos, além dos serviços cotidianos e domésticos, fomentando relações patronais que, por vezes, se confundem com uma “escravidão moderna” (ausente de qualquer benefício ou direito para o trabalhador).

É importante entender que em meio este complexo cenário, o setor turístico, por vezes, apresenta-se de maneira paradoxal. Isto porque, ao mesmo tempo em que se efetiva como principal provedor de capitais em Inhambane, tem também grandes dificuldades em sanar desigualdades históricas e promover um desenvolvimento justo e equilibrado. Para além das questões ambientais as atividades, serviços e infraestruturas vinculadas ao turismo são, em geral, regidos a preços internacionais, sendo comum, inclusive, cardápios cotados em dólares, euros ou *rand* (moeda sul-africana). Com preços diários (hospedagem em quarto de hotel) que podem atingir até 150, 200 dólares (cerca de 600, 800 reais na cotação de dezembro de 2019), os empreendimentos distanciam-se da imensa massa moçambicana, muitas vezes mostrando-se como verdadeiras “ilhas de luxo e *glamour*” isoladas em meio à precariedade e miséria que tomam conta de parcela expressiva da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que os problemas moçambicanos – de forma não completamente distinta da realidade brasileira – são estruturais e de complexa resolução, visto que ainda atingem grande parcela da população. Os impasses não estão somente nos bairros miseráveis ou nas desigualdades sociais gritantes, mas passam ainda pela ausência de atuação do Estado em diversas partes do território que, por vezes, aparentam estar mais vinculadas às lógicas e interesses de empreendimentos internacionais que a própria realidade local ou à legislação moçambicana.

Em um período em que as atividades turísticas estão intimamente vinculadas à expansão do sistema capitalista, Inhambane surge como destino procurado por muitos visitantes internacionais. Embalada pelo Oceano Índico e por um conjunto de belezas naturais e culturais, à região tem se mostrado como uma das áreas de maior potencial turístico do país, questões que contribuíram para que o número de visitantes internacionais crescesse mais 500% em cerca de uma década, alcançando 122 mil estrangeiros no ano de 2018.

Todavia, se por um lado o turismo desponta como principal atividade econômica regional, por outro sobram-se contradições e desigualdades. Enquanto as multinacionais do setor executam seus empreendimentos a preços muito acima da realidade moçambicana, inclusive, pautando suas atividades via circulação e pagamento em moeda estrangeira (dólar, euro, rand), grande parte dos funcionários são mal remunerados ou ainda prestadores de serviços na informalidade, revelando a face perversa da reprodução desigual e combinada das relações capitalistas.

Agentes e empreendimentos turísticos, habitualmente pautados na sedução dos investimentos, na influência política ou ainda em promessas de empregabilidade (que nem sempre se concretizam), apropriam-se destes territórios, rompendo com lógicas de vida cotidiana preexistente e impondo novos nexos vinculados à lucratividade de suas empresas. Todavia, para além dos muros e cercas que circundam estas “ilhas de luxo e *glamour*” o que se vê é a perpetuação de grandes problemáticas vinculadas à ausência de assistência básica de todo tipo à população local. Faltam-se escolas, pavimentação, fornecimento de água, energia, esgotamento sanitário (dentre outros), enquanto problemáticas como o desemprego, doenças tropicais, mi-

serabilidade, corrupção e vulnerabilidade social avançam por parcela expressiva da população.

Perante este movimento dialético de “modernização territorial” (conservadora) pautada no turismo capitalizado e desigual, emergem-se inúmeros conflitos sociais, que são resultantes do embate entre novos e luxuosos empreendimentos turísticos em contraste com as velhas estruturas sociais de desigualdade e desassistência às demandas da população local. Assim, as paisagens simbólicas que fragmentam “velho e novo”, “moderno e atrasado”, “nacional e internacional”, “turismo e trabalho” mostram-se como incrementos da difícil tarefa do governo, entidades, sociedade civil e toda a população moçambicana, que nas próximas décadas terão amplo e necessário trabalho para reverter estes quadros e tentar promover uma proposta de desenvolvimento mais sustentado e igualitário.

REFERÊNCIAS

- ABCC. Avillez Bacar Centeio & Cambule. Salário mínimo - Moçambique. Indústria hoteleira. 2019. Disponível em: https://www.abcc.co.mz/xms/files/SALARIO_MINIMO_2019.pdf. Acesso em janeiro/2020.
- ADROBAT. Da Ponta do Ouro ao Rovuma. Disponível em: <http://novomoc.blogspot.com.br/2011/05/marginal-de-inhambane.html> Porto, Portugal. 2011. Acesso em janeiro/2020.
- BAIA, Alexandre. **Os Conteúdos da Urbanização em Moçambique: considerações a partir da expansão da cidade de Nampula**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. USP. 2009
- BELÉM, Fábila. Português é idioma oficial de Moçambique, mas 90% da população prefere outras línguas. **RFI (Radio France International)**. 2016. Disponível em: <http://www.rfi.fr/br/afrika/20160221-portugues-e-idioma-oficial-de-mocambique-mas-90-da-populacao-prefere-outras-linguas>. Acesso em janeiro/2020.
- CABAÇO, José. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. USP. 2007. <http://dx.doi.org/10.11606/T.8.2007.tde-05122007-151059>
- CASIMIRO, Isabel. et al. **Desafio da Sida nas suas Dimensões Socioeconomicas, Culturais e Políticas no Brasil, África do Sul e Moçambique 2011-2012**. Relatório de pesquisa. Maputo, novembro de 2012.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 506p.
- CHAÚQUE, Alexandre. **Autárquicas 2013: Inhambane, uma cidade-museu cobijada por todos**. 2013. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/38288-uma-cidade-museu-cobicada-por-todos>. Acesso em janeiro/2020.
- CONCEIÇÃO, Luciano. Moçambique: Número de turistas duplica em Inhambane. **Deutsche Welle (DW)**. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-n%C3%BAmero-de-turistas-duplica-em-inhambane/a-46878746>. Acesso em janeiro/2020.
- CONCEIÇÃO, Luciano. Moçambique: Prostituição infantil é um problema em Inhambane. **Deutsche Welle (DW)**. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-prostitui%C3%A7%C3%A3o-infantil-%C3%A9-um-problema-em-inhambane/a-49033200>. Acesso em janeiro/2020.

- DEEF. Direcção de Estudos Económicos e Financeiros (DEEF). **Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional**. Ministério de Economia e Finanças (Moçambique). 2016. Disponível em: https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Final_QUARTA%20AVALIA%C3%87AO%20NACIONAL%20DA%20POBREZA_2016-10-26_2.pdf. Acesso em janeiro/2020.
- DW. **Deutsche Welle (DW)**. Mapa Ilustrativo: Províncias de Moçambique. 2016. Disponível em: https://www.dw.com/image/18841458_401.png. Acesso em janeiro/2020.
- ESHT. Escola Superior de Hotelaria e Turismo. **Base de dados da Escola Superior de Hotelaria e Turismo**. Inhambane. Moçambique. 2017. Disponível em: www.eshti.uem.mz. Acesso em janeiro/2020.
- ESTATISTICASDOTURISMO. **Estatísticas do Turismo 2016 – 2018**. Instituto Nacional de Estatística. Governo de Moçambique. 2018. Disponível em: www.ine.gov.mz-estatisticas-sectoriais-turismo-at_download-file. Acesso em janeiro/2020.
- FLAMINGO BAY. Infraestrutura Turística do Resort de “Luxo Flamingo Bay Water” em Inhambane. Foto Comunicação Turística do Resort. 2019. Inhambane. Disponível em: <http://www.flamingo-bay-mozambique-travel.com/>. Acesso em janeiro/2020.
- GOVERNO DE INHAMBANE. Portal do Governo da Província de Inhambane. 2019. Disponível em: <http://www.inhambane.gov.mz/>. Acesso em janeiro/2020.
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Portal Eletrônico do Governo de Moçambique. 2019. Disponível em <http://www.portaldogoverno.gov.mz/>. Acesso em janeiro/2020.
- GUAMBE, José. Turismo e produção do espaço em Moçambique: caso da zona costeira de Inhambane. **Revista ENTRE-LUGAR**. Universidade Federal da Grande Dourados. V. 10, nº19, 2019. <https://doi.org/10.30612/el.v10i19.8806>
- INE. **Instituto Nacional de Estatística (INE)**. Inquérito Demográfico e de Saúde de Moçambique. Calverton, Maryland, USA. 2011.
- LOPES, Hélder. Alma de Viajante. Jornalismo de viagens. Copyright, 2017
- MAXLHAIEIE, P. J.; CASTROGIOVANNI, A. C. Patrimônio cultural e turismo: cenários sobre o Município de Inhambane, Moçambique. **Rosa dos Ventos**, v. 6, n. 3, p. 356-373, 2014.
- MINED. Taxa de Analfabetismo por Província. **Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano de Moçambique (MINED)**. 2019. Disponível em: <http://www.mined.gov.mz/DN/DINAEA/Pages/Taxa-de-analfabetismo-por-prov%C3%ADncia.aspx>. Acesso em janeiro/2020.
- MLP. **Museu da Língua Portuguesa**. Mapa de países falantes do português. 2020. Disponível em: <http://museudalinguaportuguesa.org.br/>. Acesso em janeiro/2020.
- MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto. 2000.
- PEMI. Plano Estratégico do Município de Inhambane (2009-2019). **Governo Municipal. Inhambane**. 2009.
- PEPI. Plano Estratégico da Província de Inhambane (2011 – 2020). MOÇAMBIQUE. **Conselho Provincial de Inhambane**. 2011.
- PIRES, P. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Senac. 2002.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Nova Iorque: PNUD, 2016.
- PRATS, Llorenç. El cobcepto de patrimoni cultural. **Politica y Sociedad**, V. 27. 1998.
- SERRA, Carlos. "Introdução". In SERRA, Carlos (dir.). **Conflito e Mestiçagem**. Maputo:

Livraria Universitária. 2000.

STACCIARINI, J. H. S.; SILVA, D. J. S. Da Revolução à “Abertura” Econômica: o crescimento e a importância da atividade turística para Cuba. **Espaço em Revista**, v. 21, p. 37-51, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/61729>

STACCIARINI, J. H. S.; SILVA, F. O. Entre Empreendimentos de Luxo e Miséria: Metamorfose e Contradições Expressas no Espaço Urbano de Maputo, Moçambique. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, p. 5-14, 2018a. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1286>

STACCIARINI, J. H. S.; SILVA, L. C. O mercado informal de Maputo (Moçambique) e a feira de Xipamanine: entre curiosidades e vivências no continente africano. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 7, p. 41-52, 2018b. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6833>

STACCIARINI, J. H. S.; SILVA, L. C. O Transporte Público na Capital Maputo (Moçambique): Abordagens e Análises Geográficas Através do Intercâmbio de Conhecimentos e Troca de Saberes. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 20, p. 69-81, 2018c. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/363>

TRADINGECONOMICS. **Indicadores Econômicos (Trading Economics)**. 2019. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/>. Acesso em janeiro/2020.

WORLDBANK. The World Bank Group. Data poverty. 2016. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview>. Acesso em janeiro/2020.